

ICMS Ecológico de Minas Gerais — a Transferência Fiscal Ecológica "Robin Hood" do Brasil

PES & Nature-Based Solutions · Boa prática · Brasil

Pontuação de qualidade: 40/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

Desde 1995, Minas Gerais redistribui uma parte da receita do ICMS estadual aos municípios que abrigam áreas protegidas, mata seca ou infraestrutura de saneamento — um mecanismo fiscal de PES ("Robin Hood") sob o qual a área protegida do estado cresceu de 2,9% para 8,6% do território até 2005.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Carbon — sequestration / storage, evidenced	0/3
Biodiversity — conservation / improvement, evidenced	2/3
Water & soil — retention, infiltration, erosion control	2/3
Fire resilience — risk reduction, evidenced	0/3
Governance, certification & transferability	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

C-NAPSE web research — acedido a 2026-09-01

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) / Instituto Estadual de Florestas (IEF), State of Minas Gerais — acedido a 2026-09-01

Agência Minas Gerais — official announcement (2022 sanitation figures) — acedido a 2026-09-01

Fernandes et al. 2011, Revista de Economia e Sociologia Rural (SciELO) — acedido a 2026-09-01

CBD / TransLinks case study — Brazil fiscal stewardship (1996 figures) — acedido a 2026-09-01

ScienceDirect 2019 — conservation units & Ecological ICMS generation — acedido a 2026-09-01

Citar — Evidoria. ICMS Ecológico de Minas Gerais — a Transferência Fiscal Ecológica "Robin Hood" do Brasil. ID persistente: 10364d7b-4ada-4fd5-bc53-1459f6277d8a.